

Banco Triângulo S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre
Findo em 30 de Junho de 2026 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Caros clientes, parceiros e acionistas,

A Administração do **Banco Triângulo S.A.** ("**Tribanco**" ou "**Banco**") submete à apreciação de V.Sas. o **Relatório da Administração** referente ao primeiro semestre de 2026, elaborado com base nas demonstrações contábeis do período, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela **Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76** e suas alterações, bem como com as normas e instruções do **Conselho Monetário Nacional (CMN)**, do **Banco Central do Brasil (BACEN)** e com o **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF)**. As demonstrações financeiras do exercício de 2025, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. com parecer sem ressalvas, permanecem a base comparativa mais recente disponível.

Fundado em 1990, o Tribanco é um **banco múltiplo** cuja missão é oferecer, em âmbito nacional, **soluções completas de crédito, serviços financeiros, meios de pagamento, seguros e consórcios**, com foco no atendimento às necessidades dos **pequenos e médios varejistas brasileiros**, especialmente nos segmentos de varejo alimentar, farmácias e materiais de construção, bem como de seus consumidores. O Banco integra o **Sistema Martins — SIM**, um conglomerado de empresas financeiras e comerciais que inclui, entre outras, **Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A**, **Rede SMART**, **TRIPAG** (operações Única e Tricard) e **TRISEG - Tribanco Corretora de Seguros**.

A **Tripag**, braço de meios de pagamento do grupo, oferece soluções completas em aquisição (**ÚNICA**), cartões *private label* e bandeirados (**Tricard** e **Cartão Martins**) contribuindo para o fortalecimento das vendas e da fidelização dos clientes dos varejistas parceiros.

Desempenho do primeiro semestre de 2026

No primeiro semestre de 2026, o Banco manteve a trajetória de crescimento de sua carteira de crédito e de sua base de captação, ampliando a atuação junto aos pequenos e médios varejistas brasileiros. O resultado do período, no entanto, foi impactado pela deterioração na qualidade da carteira de Pessoa Física, que elevou as despesas com provisão para perdas de crédito.

A carteira de Pessoa Jurídica apresentou melhora na qualidade de crédito, acompanhando o ritmo de expansão da carteira total do Banco. Em contrapartida, o desempenho da carteira de Pessoa Física pressionou o resultado consolidado do semestre, mesmo diante da evolução favorável observada no segmento de Pessoa Jurídica.

As despesas com provisão para perdas de crédito, no primeiro semestre de 2026, sofreu um aumento de **5,8%** em relação ao mesmo período, movimento que reflete o comportamento da carteira de Pessoa Física no período.

Com esse desempenho, o Banco encerrou o primeiro semestre de 2026 com **resultado líquido de R\$ 6,6 milhões**.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito alcançou **R\$ 2,48 bilhões** ao final de junho de 2026, crescimento de **+10,4%** em relação a dezembro de 2025 (R\$ 2,24 bilhões).

Do total da carteira:

- **52% das operações possuem vencimento em até 12 meses;**
- O maior devedor representa aproximadamente **1% da carteira total;**

Esse perfil evidencia baixo nível de concentração de risco e adequada diversificação da carteira, alinhados à política prudencial de concessão de crédito da instituição.

O saldo de provisões encerrou o semestre em **R\$ 395,9 milhões**, equivalente a aproximadamente **16%** da carteira total (ante 15% em dezembro de 2025), assegurando nível de cobertura adequado frente ao perfil de risco dos ativos e às exigências regulatórias.

Negócios e Produtos

Na Pessoa Jurídica, a estratégia segue concentrada na expansão da carteira de crédito por meio da aquisição de clientes com potencial de relacionamento de longo prazo, priorizando a verticalização do atendimento ao varejista.

A operação **B2B2C** permanece como produto estratégico para a alavancagem do faturamento de nossos varejistas parceiros, reforçando seu papel como instrumento de estímulo às vendas e de fidelização do consumidor final.

Com o objetivo de ampliar a geração de valor para ambas as partes, o Banco passa a oferecer novos modelos de negócio ao varejista, ampliando as frentes de relacionamento e reforçando a proposta de parceria de longo prazo entre o Tribanco e sua base de clientes.

No Primeiro Semestre de 2026 o produto acumulou o **faturamento de R\$ 1,9 bilhões**, contando com **6.005 varejistas emissores ativos** mantendo o mesmo patamar em relação ao mesmo período de 2025.

Patrimônio e Captação

O **Patrimônio Líquido** atingiu **R\$ 543,1 milhões** em junho de 2026, crescimento de **+0,7%** em relação a dezembro de 2025 (R\$ 539,1 milhões).

A carteira de captação (funding total) avançou para **R\$ 3,01 bilhões**, alta de **+8,1%** no semestre, evidenciando a confiança dos investidores e parceiros na solidez da instituição.

Ratings

O perfil de risco do Banco foi reconhecido pelas agências externas (posição de dezembro de 2025):

- **Fitch Ratings:** A-(bra) com perspectiva positiva
- **RiskBank:** BRMP1

As classificações refletem a qualidade dos ativos, a prudência na gestão de riscos e a consistência da estratégia institucional.

Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Capital

O Banco é administrado por um **Conselho de Administração** e uma **Diretoria Executiva**, todos com ampla experiência no mercado financeiro e outros setores da economia.

Esse conjunto é apoiado por **Comitês de Assessoramento** ao Conselho, pela **Auditoria Interna** e **Auditoria Externa**, compondo um sistema de Governança Corporativa robusto, transparente e alinhado às melhores práticas de mercado, baseado no modelo das três linhas de defesa.

O gerenciamento de riscos e a gestão do capital seguem padrões internacionais de boas práticas e observam as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, inclusive por meio da **Declaração de Apetite a Riscos (RAS)**.

Em dezembro de 2025, o **Índice de Basileia** foi de **15,57%**, acima do mínimo regulatório de 10,5%, refletindo a solidez patrimonial do Banco, mesmo após os ajustes regulatórios recentes. A apuração para a posição de junho de 2026 ainda está em processamento.

Comitês de Assessoramento do Conselho

O Conselho de Administração é assessorado pelos seguintes comitês estratégicos:

- Comitê de Controles;
- Comitê de Finanças e Negócios;
- Comitê de Integridade;
- Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade;
- Comitê de Pessoas e Governança;

Esses órgãos contribuem para o aprimoramento da supervisão estratégica e para o fortalecimento da governança corporativa do Banco.

Gestão da Experiência do Cliente

A **gestão da experiência do cliente** é acompanhada de forma contínua pela Administração, por meio de indicadores de satisfação, resolutividade e desempenho dos canais de atendimento, apurados de forma segmentada para as jornadas de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física. O objetivo é assegurar que a evolução dos negócios seja sustentada por relacionamentos de longo prazo com o varejista parceiro e com o consumidor final.

No primeiro semestre de 2026, os atributos mais valorizados pelos clientes foram a facilidade de uso do aplicativo Pessoa Jurídica e a agilidade no processo de aquisição de cartões Pessoa Física. As medições realizadas ao longo do período apresentaram oscilações mensais e apontaram oportunidades de evolução na jornada do varejista, que já orientam os planos de ação da Administração para os próximos ciclos.

As Centrais de Atendimento registraram **5,8 milhões de atendimentos no ano**, dos quais **apenas 0,03% resultaram em registros no SAC**, evidenciando elevado nível de eficiência operacional.

A assistente virtual **Tati** respondeu por **81,5% dos atendimentos**, representando avanço significativo na resolutividade dos canais digitais.

A Administração entende a experiência do cliente como um processo de **aprimoramento contínuo**, no qual cada ciclo de medição orienta ajustes concretos nos produtos, nos processos e nos canais de atendimento. Para o segundo semestre de 2026, seguem priorizadas as seguintes frentes:

- Ampliação da escuta ativa do cliente, com aumento da cobertura e da frequência das pesquisas de satisfação em todas as jornadas;
- Redesenho dos pontos de atrito identificados na jornada do varejista Pessoa Jurídica, com metas de melhoria acompanhadas mensalmente pela Administração;
- Elevação da resolutividade no primeiro contato e redução do tempo de resposta nos canais de relacionamento e na Ouvidoria;
- Evolução das funcionalidades dos canais digitais e da assistente virtual, ampliando autonomia e conveniência para o cliente;
- Integração das informações de experiência do cliente aos fóruns de gestão de negócios, assegurando tratamento tempestivo das causas-raiz identificadas.

O compromisso do Banco é **avançar de forma consistente na experiência do cliente**, tornando o relacionamento com o Tribanco cada vez mais ágil, simples e centrado nas necessidades dos pequenos e médios varejistas e de seus consumidores.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social

O Tribanco segue alinhado às melhores práticas **ASG (Ambientais, Sociais e de Governança)**:

Entre os principais compromissos institucionais destacam-se:

- Signatário do **Pacto Global da ONU desde 2021**;
- Adesão ao **Movimento Net Zero**;
- Programas de **Diversidade, Equidade e Inclusão**;
- Compromisso público com o **ODS 5 — Equidade de Gênero**;

O investimento social privado é conduzido pelo **Instituto Alair Martins (IAMAR)**, que desenvolve programas voltados ao fortalecimento de competências empreendedoras entre jovens brasileiros.

Perspectivas

Para o segundo semestre de 2026, o Tribanco seguirá focado no fortalecimento de sua atuação junto ao pequeno e médio varejo brasileiro, ampliando a integração entre crédito, meios de pagamento e serviços financeiros.

A Administração continuará priorizando:

- Monitoramento e disciplina na concessão de crédito para pessoa física, com foco na melhora da qualidade da carteira;
- Eficiência operacional e controle de despesas administrativas;
- Inovação tecnológica e fortalecimento dos canais digitais;
- Desenvolvimento sustentável do ecossistema de clientes e parceiros.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Diretores e aos Acionistas do
Banco Triângulo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Triângulo S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

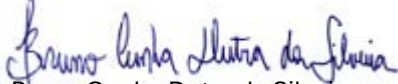
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF

Banco Triângulo S.A.
Balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
		4.694.167	4.537.985
Caixa e equivalentes de caixa	4	863.996	749.989
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		2.327.341	2.153.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.306	7.318
Títulos e valores mobiliários	6	202.378	183.572
Relações interfinanceiras		36.466	48.174
Carteira de crédito		2.477.046	2.243.965
Operações de crédito	7	1.433.487	1.363.499
Outros créditos com característica de concessão de crédito	7	1.043.559	880.466
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	8	(395.855)	(329.318)
Outros Instrumentos Financeiros	10	664.182	821.793
Outros ativos	11	153.539	139.300
Créditos tributários	9	282.802	277.132
Investimentos		317.534	314.259
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	313.728	310.633
Outros investimentos		3.806	3.626
Imobilizado de uso	13	7.076	8.194
Imobilizado em uso		48.522	47.643
(Depreciação acumulada)		(41.446)	(39.449)
Ativos intangíveis	14	77.697	73.609
Ativos intangíveis		192.679	182.522
(Amortização acumulada)		(114.982)	(108.913)
Total do ativo		4.694.167	4.537.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
		4.151.047	3.998.844
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		3.369.244	3.019.186
Depósitos	15	2.532.451	2.294.090
Depósitos à vista		506.113	409.121
Depósitos interfinanceiros		114.949	174.228
Depósitos a prazo		1.903.662	1.698.858
Outros Depósitos		7.727	11.883
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	440.182	380.060
Relações interfinanceiras	17	253.579	237.373
Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros		1.573	673
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	18	33.387	3.979
Dívida Subordinada	19	108.072	103.011
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	20	20.208	15.414
Outros Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	21	718.373	918.853
Provisões	22	43.222	45.391
Patrimônio líquido	23	543.120	539.141
Capital social de domiciliados no País		458.920	458.920
Reservas de capital		3.590	3.590
Reservas de lucros		107.637	101.021
Outros resultados abrangentes		(27.027)	(24.391)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.694.167	4.537.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos resultados
em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Operações de crédito	26	212.091	248.810
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	27 a	112.205	64.255
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	27 b	-	4.771
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7	7.308	170
Receitas de intermediação financeira		331.604	318.006
Operações de captações no mercado	28	(171.128)	(145.415)
Operações de empréstimos e repasses		(464)	(343)
Despesas da intermediação financeira		(171.592)	(145.758)
Resultado de intermediação financeira		160.012	172.248
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	(86.016)	(81.280)
Resultado de provisões para perda		(86.016)	(81.280)
Receitas de prestação de serviços	29	20.433	21.555
Rendas de tarifas bancárias	30	72.712	78.300
Despesas de pessoal	31	(71.148)	(74.115)
Outras despesas administrativas	32	(104.187)	(102.440)
Despesas tributárias	33	(13.881)	(14.978)
Resultado de participações em controladas	12	9.763	12.031
Outras receitas operacionais	34 a	48.514	42.699
Outras despesas operacionais	34 b	(29.020)	(25.303)
Receitas e despesas operacionais		(66.814)	(62.250)
Resultado operacional		7.182	28.718
Outras receitas		1.040	3.210
Outras despesas		(4.106)	(1.022)
Outras receitas e despesas		(3.066)	2.188
Resultado antes dos tributos	24	4.116	30.906
Passivo fiscal diferido imposto de renda	24	(8.373)	(1.560)
Passivo fiscal diferido contribuição social	24	(6.699)	(1.195)
Ativo fiscal diferido	24	18.584	(2.675)
Participações sobre o lucro		(1.012)	(4.907)
Tributos e participações sobre o lucro		2.500	(10.338)
Resultado líquido do semestre		6.616	20.568
Lucro líquido por ação - R\$		0,021691	0,067437
Quantidade de Ações		305.000.118	305.000.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado líquido do período		6.616	20.568
Outros resultados abrangentes do período		(2.637)	(1.602)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado de avaliação a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	215
Hedge de Fluxo de Caixa	27b	(2.637)	(1.817)
Total de resultados abrangentes do período		3.979	18.966
Atribuição do resultado abrangente			
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores		3.979	18.966
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	458.920	3.590	47.994	22.250	(1.535)	-	531.220
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	-	-	-	(15.886)	-	(15.886)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	458.920	3.590	47.994	22.250	(17.421)	-	515.334
Resultado do período	-	-	-	-	-	20.568	20.568
Ajuste de avaliação patrimonial títulos empresa coligada	-	-	-	-	188	-	188
Hedge Fluxo de Caixa	-	-	-	-	(1.817)	-	(1.817)
Destinações:							-
Reserva legal	-	-	1.028	-	-	(1.028)	-
Reserva para expansão	-	-	-	19.540	-	(19.540)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	458.920	3.590	49.022	41.790	(19.050)	-	534.274
Saldos em 31 de dezembro de 2025	458.920	3.590	49.533	51.487	(24.390)	-	539.141
Resultado do período	-	-	-	-	-	6.616	6.616
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(2.637)	-	(2.637)
Constituição de reserva legal	-	-	331	-	-	(331)	-
Constituição de reserva para expansão	-	-	-	6.285	-	(6.285)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	458.920	3.590	49.864	57.772	(27.027)	-	543.120

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Resultado antes dos tributos		4.116	30.906
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	13, 14	8.275	7.692
Baixa Intangível	14	4	715
Provisão / Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	22b	(962)	(2.710)
Provisão / Reversão para bens não de uso próprio		(107)	(2.473)
Resultado de participação em controladas	12	(9.763)	(12.031)
Efeito não caixa decorrente da distribuição desproporcional de dividendos por controladas	12	(617)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		86.016	81.280
Resultado ajustado antes das variações de ativos e passivos		82.846	103.379
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5	12	7.809
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras (Ativo/Passivo)		29.492	45.572
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	(21.443)	6.208
(Aumento) Redução em obrigações de dívidas subordinadas	19	5.157	8.853
(Aumento) Redução em operações de crédito	7	(87.567)	105.132
(Aumento) Redução em outros créditos		(23.334)	(47.651)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(1.917)	6.864
Aumento (Redução) em depósitos	15	238.361	77.030
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	16	69.976	(53.999)
Aumento (Redução) em relações interdependências		-	(760)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	18	29.408	(4.248)
Dividendos recebidos de controladas	12	7.284	6.850
Aumento (Redução) em outras obrigações	21	(206.954)	(242.407)
		38.475	(84.747)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		125.437	18.632
Fluxos de caixas das atividades de investimento:			
Aquisição no intangível	14	(10.371)	(19.537)
Aquisição de imobilizado de uso	13	(879)	(58)
Aporte de capital em investimentos		(180)	-
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimento		(11.430)	(19.595)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		114.007	(963)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		749.989	759.951
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		863.996	758.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. ("Banco" ou "Tribanco"), com sede na cidade de Uberlândia - MG, à Avenida Cesário Alvim, 2209 é uma sociedade anônima de capital fechado, que opera na forma de Banco múltiplo por meio de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

Além da função de Banco múltiplo a operação possui como atividades principais a operação de cartões "Tricard", no qual atua como Banco emissor e também de adquirência, por meio da "ÚNICA".

O Banco é controlado pela Almar Holding Financeira S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e suas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas demonstrações refletem todas as informações relevantes próprias à sua finalidade e estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na gestão de suas operações.

3 Práticas contábeis

a. Alterações normativas e regulatórias

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece critérios para a designação e o reconhecimento contábil das relações de proteção (hedge accounting), contemplando as categorias de hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido no exterior. Os novos critérios aplicáveis às relações de proteção produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração está avaliando os potenciais impactos da aplicação dos novos critérios sobre as relações de proteção mantidas pelo Banco, bem como as adequações eventualmente necessárias em seus processos, controles e sistemas.

A Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, iniciou sua fase de transição em 1º de janeiro de 2026, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição gradual aos tributos incidentes sobre o consumo, em processo de transição previsto até 2033.

O exercício de 2026 constitui período inicial de implementação da CBS e do IBS, com aplicação das alíquotas de teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS, observados os mecanismos de compensação e as regras aplicáveis ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pela legislação.

Para as instituições financeiras, a legislação estabelece regime específico de tributação, considerando as particularidades das operações realizadas pelo setor. Entre as obrigações acessórias em desenvolvimento encontra-se a Declaração de Regimes Específicos (DeRE), aplicável, entre outros, aos serviços financeiros. Ao longo de 2026, a Receita Federal do Brasil e o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) vêm publicando manuais, leiautes e documentação técnica destinados à implementação da nova obrigação.

O Banco acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária e avalia os impactos aplicáveis às suas operações, bem como as adequações necessárias em seus processos, controles e sistemas para atendimento às novas exigências. Os critérios contábeis aplicáveis à classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros e à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23, passaram a ser aplicados pelo Banco em 1º de janeiro de 2025.

b. Apuração do resultado

O resultado do Banco Triângulo S.A. é apurado pelo regime de competência, considerando receitas e despesas apropriadas ao período a que pertencem. Para os instrumentos financeiros, as receitas e custos de originação vinculados são apropriados pela metodologia diferenciada de Taxa de Juros Efetiva, de forma linear, conforme faculta o art. 10 da Resolução BCB nº 352/2023, de modo a refletir corretamente a taxa efetiva de juros de cada operação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas com base no teste de fluxo de caixa apenas de pagamento de principal e juros (SPPJ). Na data-base de 30 de junho de 2026 as aplicações interfinanceiras estão mensuradas ao custo amortizado, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço e deduzidas da provisão para perdas esperadas (PDD), quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários (TVM)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários são avaliados com base no teste de fluxo de caixa apenas de pagamento de principal e juros (SPPJ) e classificados em três categorias, conforme a intenção de negociação da Administração e as características dos fluxos de caixa contratuais:

I. Custo Amortizado – ativos de dívida não derivativos que têm fluxos de caixa contratuais que atendem ao teste SPPJ, e para os quais o modelo de negócio da instituição é de manter tais ativos para receber esses fluxos. São mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros, deduzidos eventuais ajustes de valor relativos a perdas esperadas de crédito.

II. Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – ativos de dívida que satisfazem o teste SPPJ, mas cujo modelo de negócio envolve tanto a coleta dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda desses ativos. Nestes casos, os rendimentos de juros são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas não realizados (variações de valor justo) são reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Quando o ativo for baixado ou reclassificado, os ganhos ou perdas registradas em PL são transferidos para o resultado.

III. Valor Justo no Resultado (VJR) – inclui os ativos financeiros que não se enquadrem nas duas categorias acima: por exemplo, ativos mantidos para negociação frequente, ou ativos cujos fluxos de caixa não atendem ao teste SPPJ; esses são mensurados a valor justo, e todas as variações de valor justo, realizadas e não realizadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Na data-base de 30 de junho de 2026, os títulos e valores mobiliários do Banco estão mensurados ao custo amortizado.

f. Instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros segue o disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023, que estabelecem critérios de classificação de acordo com o modelo de negócio definido pela Instituição. Dessa forma, os ativos são alocados nas categorias de Custo Amortizado, Valor Justo por meio do Resultado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, considerando a intenção de manutenção contratual dos fluxos de caixa, sua eventual alienação e outras finalidades específicas.

Para a definição da categoria adequada, é realizada a avaliação dos fluxos de caixa futuros previstos em contrato, por meio do teste de SPPJ que verifica se tais fluxos se caracterizam exclusivamente como pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23, que estabelece critérios contábeis para instrumentos financeiros e relações de hedge. As variações de valor justo são reconhecidas conforme a natureza do derivativo e o tratamento contábil aplicável, sendo refletidas em contas de resultado ou patrimônio líquido quando aplicável.

A mensuração do valor justo é realizada com base em modelos de precificação consistentes e verificáveis, que refletem o valor líquido provável de realização dos instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e classificados conforme sua finalidade:

Hedge de fluxo de caixa- São os derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado do Banco. Para essas operações, tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor justo. A parcela efetiva das variações, líquida dos efeitos tributários, é registrada em conta específica do patrimônio líquido. Considera-se parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco coberto, é compensada pela variação no instrumento de hedge, considerando o efeito acumulado da operação. Variações não efetivas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Hedge de valor justo – São os derivativos destinados a compensar alterações no valor justo de ativos ou passivos financeiros já reconhecidos, atribuíveis a riscos específicos, como taxas de juros ou preços de mercado. Para estas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das variações é registrada no resultado do período, enquanto a parcela não efetiva é também reconhecida no resultado, conforme definido pelos critérios de contabilização de hedge.

A eficácia do hedge é avaliada periodicamente para garantir que os instrumentos financeiros derivativos compensam, de forma consistente, os riscos objeto da operação. A Resolução BCB nº 352/23 permite que a instituição utilize métodos quantitativos ou qualitativos para verificar a eficácia, considerando a proporção entre as variações do instrumento de hedge e do item objeto de hedge. Caso a operação de hedge não se mostre efetiva, os efeitos são reconhecidos diretamente no resultado do período.

h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Instituição constitui provisões para perdas esperadas em operações de crédito, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito a liberar, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/2023, observando os princípios do CPC 48 / IFRS 9.

Os ativos financeiros são classificados em carteiras C1 a C5, de acordo com o nível de risco, tipo de garantia e segmento do cliente. Um ativo é considerado problemático quando há atraso superior a 90 dias, indicações de incapacidade de pagamento ou medidas judiciais que limitem o cumprimento contratual, sendo revertido quando normalizado o pagamento ou encerradas as medidas judiciais.

A provisão é determinada considerando carteira, atraso, status de ativo problemático e segmento, podendo alcançar até 100% do valor contábil bruto da operação, garantindo adequada mensuração das perdas esperadas e transparência nas demonstrações financeiras.

i. Cessão de Crédito

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de cessão de crédito são registradas de acordo com sua natureza, sendo baixadas do balanço quando houver transferência substancial dos riscos e benefícios, ou mantidas em balanço quando houver retenção substancial dos riscos e benefícios, observando os critérios contábeis estabelecidos para mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros.

j. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

k. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

l. Imobilizado

Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

m. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pela vida útil ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

n. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/2021 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)..

o. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

p. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pela Instrução Normativa BCB nº 319/22, sendo os principais critérios os seguintes:

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, considerando-se a probabilidade de sucesso de processos judiciais e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

q. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período.

r. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é constituída à alíquota-base de 20%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases de diferenças temporárias, conforme Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

s. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

t. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Banco para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

u. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Tribanco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Até 3 Meses	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	-	989
Aplicações em operações compromissadas	863.996	863.996	748.999
Letras do Tesouro Nacional – LTN	463.998	463.998	748.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	399.998	399.998	-
Total	863.996	863.996	749.989

As aplicações em operações compromissadas são lastreadas em títulos públicos federais (LTN, NTN-B e NTN-F) e liquidadas e renovadas em base diária, com prazo contratual de 1 dia útil, sendo remuneradas à taxa média de 14,15% a.a. na data-base de 30 de junho de 2026 (14,90% a.a. em 31 de dezembro de 2025). As contrapartes dessas operações são instituições financeiras classificadas no segmento S1, não havendo concentração relevante de risco: a maior contraparte representava 46,3% do saldo em 30 de junho de 2026 (53,4% em 31 de dezembro de 2025).

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Até 6 Meses	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos interfinanceiros	7.306	7.306	7.318
Total	7.306	7.306	7.318

Na data-base acima indicada, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam classificadas ao custo amortizado e referem-se a depósito interfinanceiro prefixado, com vencimento em 30 de dezembro de 2026 e taxa de remuneração de 12,71% a.a.

6 Títulos e valores mobiliários

- a. A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Carteira própria – LFT	118.161	106.556
Vinculados à prestação de garantias – LFT	84.217	77.016
Total	202.378	183.572

Na data-base acima indicada, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como custo amortizado. Em 30 de junho de 2026 os títulos demonstrados pelos seus valores de custo amortizado e valor justo, tem a seguinte composição:

	<u>30/06/2026</u>	
	<u>Valor de Custo Amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>
Carteira própria – LFT	118.161	118.524
Vinculados à prestação de garantias – LFT	84.217	84.360
Total	202.378	202.884

Os valores de mercado dos títulos públicos, indexados à Taxa Selic, foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

- b. Em 30 de junho de 2026, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	<u>30/06/2026</u>		
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Custo Amortizado:			
LFT	202.378	-	202.378
Total	202.378	-	202.378

7 Carteira de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro, cheque especial e conta garantida (a)	693.751	748.202
Cartão de crédito	498.160	422.400
FINAME	34.453	4.370
Comprar	18.415	19.449
Títulos descontados	26.627	26.881
Financiamentos à exportação	27.240	26.036
Outros direitos creditórios descontados	132.981	113.958
Adiantamento a depositantes	1.860	2.203
Subtotal - operações de crédito	1.433.487	1.363.499
Cartões de Crédito - Compras a Faturar	446.790	473.807
CPR - Cédula de Produto Rural (a)	590.576	398.818
Outros Créditos	6.193	7.841
Total	2.477.046	2.243.965

(a) Em decorrência da revisão do critério de apropriação da tarifa de garantia FGI/BNDES pela metodologia TJEO, o saldo das operações de crédito apresentou os seguintes acréscimos, por linha:

Operação	Valor (R\$ mil)
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	5.179
CPR - Cédula de Produto Rural	8.557
Total	13.736

O valor total de R\$ 13.736 já está contido no saldo das operações de crédito apresentado acima e corresponde ao efeito acumulado da revisão metodológica, reconhecido integralmente no semestre findo em 30 de junho de 2026, desde a sua implementação.

b. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Principal devedor	26.202	1%	25.324	1%
10 maiores devedores	124.818	5%	121.853	5%
20 maiores devedores	140.339	6%	133.998	6%
50 maiores devedores	238.149	10%	222.361	10%
100 maiores devedores	284.998	12%	251.011	10%
500 maiores devedores	486.687	20%	414.694	17%
Demais clientes	1.175.853	46%	1.074.724	51%
Total	2.477.046		2.243.965	

c. Composição por Carteira e Vencimentos

30/06/2026

Título	Descrição	C1	C2	C3	C4	C5	TOTAL
Não Problemáticos	Zero a 14 Dias	989.285	56.070	398.931	9.390	516.063	1.969.739
Não Problemáticos	15 a 30 Dias	3.753	-	797	-	15.313	19.863
Não Problemáticos	31 a 60 Dias	2.564	-	519	-	17.698	20.781
Não Problemáticos	61 a 90 Dias	2.050	-	586	-	9.709	12.345
Problemáticos Adimplidos	Atraso Até 90 dias	21.918	229	4.051	-	35.706	61.904
Problemáticos Inadimplidos	Menor que um mês	1.446	25	1.419	-	17.004	19.894
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	2.442	10	2.238	-	20.625	25.315
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	475	-	3.485	2	18.939	22.901
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	1.614	4	1.831	-	16.978	20.427
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	7.135	-	1.912	-	18.649	27.696
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	807	-	813	-	19.845	21.465
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	91	-	1.454	-	19.738	21.283
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	143	203	1.293	-	15.379	17.018
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	68	212	1.479	-	16.495	18.254
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	-	37	1.106	-	15.750	16.893
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	24	-	911	-	15.362	16.297
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	-	-	1.193	-	16.046	17.239
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	-	-	4.080	-	14.352	18.432
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	3.545	-	2.622	-	17.363	23.530
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	-	689	1.351	-	16.317	18.357
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	-	-	4.198	-	13.678	17.876
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	-	653	2.621	20	14.109	17.403
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	199	-	2.149	-	14.405	16.753
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	-	-	730	10	11.764	12.504
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	-	-	622	-	10.148	10.770
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	-	401	818	-	8.436	9.655
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 21 meses	-	-	2.193	-	259	2.452
TOTAL		1.037.559	58.533	445.402	9.422	926.130	2.477.046

31/12/2025

Título	Descrição	C1	C2	C3	C4	C5	TOTAL
Não Problemáticos	Zero a 14 Dias	101.535	117.455	1.054.464	4.485	527.381	1.805.320
Não Problemáticos	15 a 30 Dias	-	-	3.510	-	15.318	18.828
Não Problemáticos	31 a 60 Dias	529	69	2.310	-	19.363	22.271
Não Problemáticos	61 a 90 Dias	-	-	1.455	-	635	2.090
Problemáticos Adimplidos	Atraso Até 90 dias	31.050	404	15.917	-	50.849	98.220
Problemáticos Inadimplidos	Menor que um mês	-	-	1.999	-	22.090	24.089
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	203	1.724	-	17.126	19.053
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	222	1.710	-	18.048	19.980
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	43	900	-	17.307	18.250
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	-	-	2.284	-	16.781	19.065
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	563	-	1.304	-	17.484	19.351
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	-	2.811	-	15.450	18.261
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	3.545	-	2.792	-	18.878	25.215
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	766	2.902	-	17.935	21.603
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	-	-	4.242	-	14.866	19.108
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	-	561	2.544	20	15.486	18.611
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	199	-	2.143	-	15.714	18.056
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	-	107	1.066	10	12.845	14.028
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	-	-	680	-	10.914	11.594
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	-	401	965	-	11.002	12.368
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	247	-	918	3	2.405	3.573
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	-	3	1.574	-	2.029	3.606
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	-	-	1.557	-	2.244	3.801
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	-	-	810	-	2.437	3.247
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	-	-	962	-	2.498	3.460
Problemáticos Inadimplidos	Igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	-	-	84	-	830	914
Total		137.670	120.235	1.113.626	4.519	867.915	2.243.965



Av. Cesário Alvim, 2209 | Bairro Aparecida
CEP 38400-696 | Uberlândia/MG
www.tribanco.com.br

tribanco
O banco do varejista.

tricard
tribanco
SEGUROS

MARTINS
UNICRI

d. Cessões de crédito

No primeiro semestre de 2026, o Banco realizou operações de cessão de créditos com instituições financeiras, observando os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23. As operações foram caracterizadas pela transferência substancial dos riscos e benefícios associados aos ativos financeiros cedidos, resultando no desreconhecimento dos respectivos ativos no momento da transferência e no reconhecimento do correspondente resultado no período.

No primeiro semestre de 2026, o Banco realizou cessão de crédito junto a terceiros, sendo operações vigentes no montante de R\$ 106.140 (R\$ 119.844 em 2025), gerando um resultado de R\$ 7.308 (R\$ 320 em 2025). Estas cessões de carteira foram classificadas na categoria de operações sem retenção substancial de riscos e benefícios, nas quais o Banco não está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2026, o Banco realizou renegociações de operações de crédito com clientes, mediante alterações nas condições originalmente contratadas, incluindo prorrogação de prazos, revisão de encargos financeiros e adequação do fluxo de pagamentos à capacidade financeira dos devedores, totalizando o montante de R\$ 46.485 (R\$ 32.698 em 2025), sendo R\$ 39.673 (R\$ 26.186 em 2025) referentes a operações com pessoas físicas e R\$ 6.812 (R\$ 6.512 em 2025) relativas a operações com pessoas jurídicas, em conformidade com a regulamentação prudencial aplicável às instituições financeiras.

8 Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito

a. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	01/01/2026	01/01/2025
	30/06/2026	31/12/2025
Saldos no início do período	(329.318)	(227.932)
(Provisão)	(232.501)	(253.015)
Reversão	165.964	151.629
Saldos no final do período	(395.855)	(329.318)

Primeiro semestre de 2026 houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 6.092, conforme nota explicativa nº 26.

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

30/06/2026

Carteira	Estágio	Problemático	Saldo da operação de crédito	Total	Esperada	Incorrida	Adicional
C1	Adimplente	Sim	21.917	4.493	2.302	-	2.192
C1	Inadimplente	Sim	17.991	9.748	3.780	5.158	810
C2	Adimplente	Sim	229	77	-	-	77
C2	Inadimplente	Sim	2.234	1.905	91	1.744	70
C3	Adimplente	Sim	4.052	2.614	641	-	1.973
C3	Inadimplente	Sim	40.518	35.094	1.494	32.601	999
C4	Inadimplente	Sim	32	32	-	31	-
C5	Adimplente	Sim	35.707	22.644	3.577	-	19.068
C5	Inadimplente	Sim	332.243	276.334	6.262	261.433	8.637
C1	Adimplente	Não	997.651	15.619	1.420	-	14.199
C2	Adimplente	Não	56.070	949	164	-	785
C3	Adimplente	Não	400.883	8.445	582	-	7.864
C4	Adimplente	Não	9.390	328	150	-	178
C5	Adimplente	Não	558.129	17.573	288	-	17.285
Total			2.477.046	395.855	20.751	300.967	74.137

31/12/2025

Carteira	Estágio	Problemático	Saldo da operação de crédito	Total	Esperada	Incorrida	Adicional
C1	Adimplente	Não	102.064	2.678	1.233	-	1.445
C1	Adimplente	Sim	31.050	7.265	4.160	-	3.105
C1	Inadimplente	Sim	4.555	2.465	500	1.760	205
C2	Adimplente	Não	117.523	2.756	1.108	-	1.648
C2	Adimplente	Sim	404	135	-	-	135
C2	Inadimplente	Sim	2.308	1.611	178	1.355	78
C3	Adimplente	Não	1.061.756	27.833	6.909	-	20.924
C3	Adimplente	Sim	15.917	9.751	1.999	-	7.751
C3	Inadimplente	Sim	35.970	29.327	1.183	27.036	1.108
C4	Adimplente	Não	4.485	419	334	-	85
C4	Inadimplente	Sim	33	30	-	28	1
C5	Adimplente	Não	562.680	14.636	346	-	14.291
C5	Adimplente	Sim	50.849	29.583	2.430	-	27.153
C5	Inadimplente	Sim	254.370	200.829	6.837	185.876	8.116
Total			2.243.965	329.318	27.218	216.055	86.046

Para fins de gerenciamento e mensuração da perda esperada, as operações de crédito do Banco Triângulo S.A. são segregadas em cinco carteiras, de C1 a C5, conforme características de garantias e natureza dos créditos, em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023:

- Carteira C1: Créditos com garantias robustas, como alienação fiduciária de imóveis, garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento, ou garantia de fundo garantidor com participação majoritária da União.
- Carteira C2: Créditos garantidos por hipoteca de imóveis, penhor de bens móveis, alienação fiduciária de bens móveis, seguro de crédito ou garantias de instituições autorizadas pelo Banco Central, incluindo arrendamento mercantil.
- Carteira C3: Créditos com garantias reais ou fidejussórias não contempladas em C1 e C2, créditos com seguro de crédito ou decorrentes de cessão fiduciária e desconto de direitos creditórios.
- Carteira C4: Créditos sem garantias ou colaterais destinados a crédito rural para investimentos, capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas.
- Carteira C5: Créditos sem garantias ou colaterais não contemplados em C4, incluindo crédito pessoal, crédito direto ao consumidor, crédito rotativo e operações mercantis diversas.

9 Ativos Fiscais

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, observadas as disposições legais e regulatórias aplicáveis. Esses ativos são avaliados periodicamente quanto à sua recuperabilidade, com base em estudos técnicos elaborados pela Administração, considerando o histórico de geração de resultados tributáveis, projeções orçamentárias e o Plano Estratégico da Instituição.

As premissas utilizadas contemplam, entre outros fatores, a expansão da carteira de crédito, o crescimento das receitas, especialmente no negócio de cartões, a manutenção de níveis adequados de risco e os ganhos de eficiência operacional, suportando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos créditos registrados dentro dos prazos previstos na regulamentação vigente.

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2026, estando assim compostos:

	30/06/2026	31/12/2025
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	37.985	43.984
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	8.994	9.394
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	5.052	3.853
Sobre diferenças temporárias - outros	2.887	4.861
Sobre diferenças temporárias - Prejuízo Fiscal IRPJ	101.985	91.722
Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda	156.903	153.815

	30/06/2026	31/12/2025
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.388	35.188
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	7.195	7.516
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	4.042	3.083
Sobre diferenças temporárias - outros	2.310	3.889
Sobre diferenças temporárias - Base Negativa CSLL	81.964	73.642
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	125.899	123.317
Total classificado em outros créditos	282.802	277.132

(b) Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

	2025	Constituição	(Realização)	2026
Sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79.172	8.087	(18.886)	68.373
Provisões passivas (Trabalhistas/Tributárias/Cíveis)	16.910	2.100	(2.821)	16.189
Marcação a mercado	6.936	2.158	-	9.094
Outros (BNDU, PLR, Depreciação Fiscal x IFRS)	8.750	3.873	(7.427)	5.197
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	165.364	18.585	-	183.949
Total sobre diferenças temporárias	277.132	34.804	(29.134)	282.802

Com base nas projeções a Administração considera que auferirá resultados tributáveis dentro do prazo regulamentar para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

(c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

Sobre diferenças temporárias	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.090	7.406	7.499	7.105	6.775	6.568	6.484	6.482	6.482	6.482	68.373
Provisões passivas (Trabalhistas/Tribut/Cíveis)	8.477	723	369	-	-	-	-	-	-	6.620	16.189
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-	9.094	-	-	9.094
Outros (BNDU, PLR, Depreciação Fiscal x IFRS)	3.696	262	852	134	212	34	3	2	-	1	5.197
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	441	8.718	18.141	28.142	33.937	39.096	43.260	12.214	-	-	183.949
Total sobre diferenças Temporárias	19.704	17.109	26.861	35.381	40.924	45.698	49.747	27.792	6.482	13.103	282.802

Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 185.586.

Observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 29.134, correspondente a 50% da respectiva projeção de utilização durante o primeiro semestre de 2026.

10 Outros Instrumentos Financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber junto a bandeiras, lojistas e bancos emissores de cartões (a)	655.175	821.983
Valores a receber sociedades ligadas	5.860	1.624
Seguros a receber	-	489
Correspondente bancário	2.736	2.232
Valores a receber concessionárias	411	465
Total	664.182	821.793

- (a) Referem-se substancialmente ao valor a receber de Bancos emissores pela intermediação das transações de pagamento (Adquirência) no montante de R\$ 656.573 em 30/06/2026 e 816.387 em 31/12/2025.

11 Outros ativos

a) Outros créditos

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar	28.534	25.961
Crédito Presumido (d)	36.674	36.674
Devedores por depósitos em garantia (a)	28.842	28.744
Adiantamento ao FGC (b)	11.976	-
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	2.523	2.492
Adiantamentos salariais	2.971	766
Devedores diversos - País (c)	17.812	22.479
Total	129.331	117.116
Circulante	63.816	51.698
Não circulante	65.515	65.418

- (a) Referem-se principalmente a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 7.880, Depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 6.035, e outros depósitos referentes à FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 3.185.
- (b) Em março de 2026, o Banco realizou, em parcela única, o recolhimento da antecipação de contribuições ordinárias ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), no montante de R\$ 12.607 mil, conforme deliberação do Conselho de Administração do FGC. O valor antecipado corresponde a 60 (sessenta) meses de contribuições ordinárias futuras, conforme critério estabelecido pelo próprio FGC, e está sendo apropriado ao resultado de forma linear ao longo desse mesmo prazo, com a baixa mensal da parcela correspondente até sua completa amortização.
- (c) Referem-se substancialmente, a valores a receber em D+1 pelo serviço de coleta de numerário e liquidações de operações de crédito em trânsito.
- (d) Em dezembro de 2024 o Banco Triângulo constituiu o montante de R\$ 36.674, de acordo com as disposições da Lei 12.838 de 2013, que dispõe sobre a constituição de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece.

b) Ativos não financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	17.047	16.310
Provisão para desvalorização	(2.025)	(2.132)
Total	15.022	14.178
Circulante	6.582	5.770
Não Circulante	8.440	8.408

c) Despesas antecipadas - Circulante

Referem-se basicamente a despesas de seguros e outras despesas administrativas pagas antecipadamente e amortizadas linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 9.186.

Total dos Outros Ativos totalizou R\$ 153.539.

12 Participações em controladas - no país

O Banco Triângulo S.A. atua como instituição financeira de varejo (banco varejista) integrante do Sistema Martins (SIM), mantendo participação nas seguintes sociedades controladas, que atuam de forma complementar ao seu modelo de negócios, ampliando a oferta de produtos e serviços aos participantes da cadeia produtiva do SIM:

Triângulo Participações e Serviços Ltda. - TPS: sociedade que atua na aquisição de recebíveis e na prestação de serviços auxiliares às operações do Sistema Martins, ampliando a oferta de soluções de crédito e capital de giro aos participantes da cadeia produtiva do SIM.

Tribanco Corretora de Seguros S.A. - Triseg: corretora de seguros do Sistema Martins, que atua sob a marca comercial "Tribanco Seguros", oferecendo soluções de proteção aos participantes da cadeia produtiva do SIM em todo o país, em parceria com as principais seguradoras do mercado brasileiro.

Tripag Meios de Pagamentos Ltda.: instituição de pagamento do Sistema Martins, que opera sob a marca comercial "Única", oferecendo soluções de captura e processamento de meios de pagamento com cartões, integradas a serviços financeiros voltados à gestão e ao abastecimento dos clientes do SIM.

A atuação dessas controladas está integrada ao modelo de negócios do Banco, reforçando sua atuação como banco varejista voltado ao atendimento dos participantes da cadeia produtiva do Sistema Martins.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

Empresas Controladas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital social	Valor Contábil	Resultado de Equivalência	Resultado de Equivalência
					01/01/2026	01/01/2025
					até 30/06/2026	até 30/06/2025
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	3.000	11.001	100%	11.001	(122)	84
Tribanco Corretora de Seguros S/A	3.000	8.096	100%	8.096	8.038	7.716
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	266.763	294.631	100%	294.631	1.846	4.230
Total				313.728	9.763	12.030

(1) no primeiro semestre de 2026, foram distribuídos e pagos dividendos ao Tribanco no montante de R\$7.284.

13 Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	Imobilizações de Uso				Total
	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Processamento de Dados	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
<i>Taxas anuais de depreciação</i>	10%	7-25%	17-40%	8-25%	
Custo					
Saldo em 30/06/2025	296	6.701	35.631	2.661	45.289
Aquisições	-	73	2.538	-	2.611
Baixas	-	-	(178)	(78)	(256)
Saldo em 31/12/2025	296	6.774	37.991	2.583	47.644
Depreciação					
Saldo em 30/06/2025	(265)	(5.438)	(29.243)	(2.414)	(37.359)
Despesa Depreciação	(7)	(178)	(2.090)	(70)	(2.345)
Baixas	-	-	178	78	256
Saldo em 31/12/2025	(272)	(5.616)	(31.155)	(2.406)	(39.449)
Valor Contábil					
Saldo em 30/06/2025	31	1.263	6.389	247	7.929
Saldo em 31/12/2025	24	1.158	6.836	177	8.195

Imobilizado de Uso	Imobilizações de Uso				Total
	Instalações	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Processamento de Dados	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
<i>Taxas anuais de Depreciação</i>	10%	7-25%	17-40%	8-25%	
Custo					
Saldo em 31/12/2025	296	6.774	37.991	2.583	47.644
Aquisições	-	75	715	89	879
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2026	296	6.849	38.706	2.672	48.523
Depreciação					
Saldo em 31/12/2025	(272)	(5.616)	(31.155)	(2.406)	(39.449)
Despesa Depreciação	(7)	(162)	(1.779)	(49)	(1.997)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2026	(279)	(5.778)	(32.934)	(2.455)	(41.446)
Valor Contábil					
Saldo em 31/12/2025	24	1.158	6.836	177	8.195
Saldo em 30/06/2026	17	1.071	5.771	217	7.076

14 Intangível

Intangível	Softwares em Curso	Software	Total
<i>Taxas anuais de amortização</i>		20%	
Custo			
Saldo em 30/06/2025	35.797	129.811	165.608
Aquisições	16.026	1.057	17.083
Baixas	(169)	-	(169)
Variação Cambial			
Transferências	(16.631)	16.631	-
Outros			
Saldo em 31/12/2025	35.023	147.499	182.522
Amortização			
Saldo em 30/06/2025		(103.666)	(103.666)
Despesa Amortização		(5.247)	(5.247)
Baixas			
Saldo em 31/12/2025		(108.913)	(108.913)
Valor Contábil			
Saldo em 30/06/2025	35.797	26.145	61.942
Saldo em 31/12/2025	35.023	38.586	73.609

Intangível	Softwares em Curso	Software	Total
<i>Taxas anuais de amortização</i>		20%	
Custo			
Saldo em 31/12/2025	35.023	147.499	182.522
Aquisições	9.631	4.720	14.351
Baixas		(4.194)	(4.194)
Transferências	(30.548)	30.548	-
Outros			
Saldo em 30/06/2026	14.106	178.573	192.679
Amortização			
Saldo em 31/12/2025		(108.913)	(108.913)
Despesa Amortização		(6.278)	(6.278)
Baixas		209	209
Saldo em 30/06/2026		(114.982)	(114.982)
Valor Contábil			
Saldo em 31/12/2025	35.023	38.586	73.609
Saldo em 30/06/2026	14.106	63.592	77.697

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

15 Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, está representada a seguir:

30/06/2026					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo (b)	Depósitos interfinanceiros (b)	Outros Depósitos (a)	Total
Sem vencimento	506.113	-	-	7.727	513.840
Até 30 dias	-	17.031	-	-	17.031
De 31 a 60 dias	-	46.334	-	-	46.334
De 61 a 90 dias	-	41.719	-	-	41.719
De 91 a 180 dias	-	100.098	-	-	100.098
De 181 a 360 dias	-	231.178	45.968	-	277.146
Acima de 360 dias	-	1.467.302	68.981	-	1.536.283
Total	506.113	1.903.662	114.949	7.727	2.532.451

31/12/2025					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo (b)	Depósitos interfinanceiros (b)	Outros Depósitos (a)	Total
Sem vencimento	409.121	-	-	11.883	421.004
Até 30 dias	-	16.114	-	-	16.114
De 31 a 60 dias	-	18.152	92.538	-	110.690
De 61 a 90 dias	-	26.903	39.084	-	65.987
De 91 a 180 dias	-	91.893	-	-	91.893
De 181 a 360 dias	-	237.220	-	-	237.220
Acima de 360 dias	-	1.308.576	42.606	-	1351.182
Total	409.121	1.698.858	174.228	11.883	2.294.090

- (a) Referem-se a saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré-pagas.
- (b) Prazo máximo de vencimentos em 2028 para os depósitos interfinanceiros e 2031 para os depósitos a prazo, com taxa incidente de 100% a 111% e 91% até 129% da variação do DI respectivamente.

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras (a)	38.996	292.594	108.592	440.182	380.060
Total	38.996	292.594	108.592	440.182	380.060

- (a) Letras Financeiras referem-se à captação com taxa de juros pós-fixadas de 100% a 111% da variação do DI.

17 Relações interfinanceiras

Refere-se principalmente a valores a pagar aos participantes de arranjos de pagamentos.

18 Obrigações por repasses no país

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 33.387.

Em consonância a Lei nº 13.483/17, gradualmente a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para novos contratos junto ao BNDES vem sendo substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP).

19 Dívidas Subordinadas

Título	Vr. Emitido	Emissão	Vencimento	Remuneração (% a.a.)	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	40.000	23/05/2023	19/12/2033	17,77% pré-fixado	66.388	61.231
Letras Financeiras	25.000	05/06/2023	05/06/2031	100% do CDI + 5% pré	25.311	25.320
Letras Financeiras	15.000	06/07/2023	07/07/2031	100% do CDI + 5% pré-fixado	16.373	16.460

No exercício de 2023 foram emitidas as Letras Financeiras com cláusula de subordinação, na composição do Nível II do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da Resolução BCB 122 de 2 de agosto de 2021, no primeiro semestre de 2026 não houveram novas emissões.

20 Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos – Swap	20.208	15.414
Total	20.208	15.414
Não circulante	20.208	15.414

21 Outros Passivos Financeiros

a. Sociais e estatutárias

	30/06/2026	31/12/2025
Participações estatutárias nos lucros	3.040	10.120
Total	3.040	10.120
Circulante	2.467	9.809
Não circulante	573	311

b. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a recolher (a)	13.599	15.729
Total	13.599	15.729
Circulante	13.599	14.785
Não circulante	-	944

- (a) Referem-se substancialmente à tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 8.009 tributos sobre faturamento (ISS, Pis e Cofins) no montante de R\$ 2.333 e a adesão ao parcelamento de tributos no montante de R\$ 2.186.

c. Diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança de arrecadação de tributos e assemelhados	615	585
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões (a)	640.621	842.473
Provisões para outras despesas administrativas	35.062	12.941
Provisão para despesas com pessoal	12.196	9.282
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 23)	788	4.095
Outras obrigações	12.452	23.628
Total	701.734	893.004
Total Outros Passivos Financeiros	718.373	918.853
Circulante	717.800	917.598
Não circulante	573	1.255

- (a) Referem-se, substancialmente a valores a pagar para estabelecimentos comerciais pela intermediação das transações de pagamento (Adquirência) no montante de R\$ 476.008.

22 Provisões

O Banco é parte de vários processos judiciais conforme demonstrado abaixo:

a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações legais	21.743	24.483
Contingências trabalhistas	17.368	17.349
Contingências cíveis	4.111	3.559
Total	43.222	45.391

b. Movimentação das provisões passivas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	24.483	17.348	3.559	45.390
Entradas (nota 33 b)		1.849	622	2.471
Constituição (nota 33 b)	816	2.258	1.181	4.255
Reversão (nota 33 a)	(2.524)	(2.239)	(629)	(5.392)
Reversão por pagamento (nota 33 b)	(1.032)	(1.848)	(623)	(3.502)
Saldo em 30/06/2026	21.743	17.368	4.111	43.222

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis

Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas

Reclamações trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias

PIS: Emenda Constitucional nº 10/96;
PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo;

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718/98. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005. Contudo, contrariando a referida decisão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia – MG não homologou as compensações e autuou o Banco. As cobranças são objeto de discussões administrativas e judiciais;

CSLL: discussões administrativas e judiciais quanto ao enquadramento de empresa não financeira como administradora de cartão.

ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências tributárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 109.628 (R\$ 99.245 em 31 de dezembro de 2025).

Trabalhista

O Banco é parte passiva em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados).

Os processos contêm vários pedidos reclamados, tais como, mas não se limitando a: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Os saldos das contingências trabalhistas de risco classificado como possível estão estimados em R\$ 31.098 (R\$ 50.071 em 31 de dezembro de 2025), considerando o comportamento histórico destas demandas.

Cíveis

Os saldos das contingências cível de risco classificado como possível estão estimados em R\$ 8.441 (R\$ 6.237 em 31 de dezembro de 2025), considerando o comportamento histórico destas demandas.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito, é de R\$ 458.920 constituído por 305.000.118 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos, é denominada pela administração como "Reserva de Expansão". O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição da reserva do lucro líquido, conforme proposta da Diretoria.

24 Imposto de renda e contribuição social

- a. Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, estão assim demonstrados:

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.116	4.116	30.906	30.906
Participações estatutárias no lucro	(1.012)	(1.012)	(4.907)	(4.907)
Resultado antes dos tributos	3.103	3.103	25.999	25.999
(+) Adições	35.466	35.908	66.812	66.449
Adições Temporárias	31.246	31.246	65.869	65.869
Receita de Equivalência Patrimonial	3.065	3.065	-	-
Adições Permanentes	1.155	597	944	580
(-) Exclusões	(79.620)	(79.620)	92.457	92.447
Realizações Temporárias	64.739	64.739	77.821	77.811
Receita de Equivalência Patrimonial	12.827	12.827	12.031	12.031
Exclusões Permanente	2.054	2.054	2.605	2.605
(=) Lucro antes das compensações	(41.051)	(41.609)	354	-
(-) Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	=	=	(106)	=
(=) Lucro Real / Base de Cálculo da C.S	(41.051)	(41.609)	248	-
Despesa Corrente de IRPJ e CSLL	-	-	(30)	-
Despesa/Receita Diferida de IRPJ e CSLL	(8.373)	(6.699)	(2.986)	(2.388)
Ativo Fiscal Diferido de IRPJ e CSLL	10.263	8.321	(26)	-
(=) IRPJ e CSLL Creditado ao Resultado	1.890	1.622	(3.042)	(2.388)

Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
Valores correntes	-	(30)
IRPJ e CSLL no país – Corrente	-	(30)
Valores diferidos	(15.072)	(5.374)
Diferenças temporárias	(15.072)	(5.374)
Ativo Fiscal	18.585	(26)
Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	18.585	(26)
Total	3.513	(5.430)

Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
Resultado antes dos tributos e participações	4.116	30.906
Encargo total IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(1.852)	(13.908)
Encargos sobre JCP	-	-
Encargos sobre participação em controladas	4.393	5.415
Participação de empregados no lucro	456	2.208
Outros valores	516	855
<i>Receita SELIC sobre indêbitos</i>	924	1.173
<i>Outros</i>	(408)	(318)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	3.513	(5.430)
Alíquota Efetiva IRPJ e CSLL	113,19%	-20,89%

25 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 4.818/2020 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguintes.

30/06/2026

Natureza de Relacionamento	Ativo		Passivo		Receitas		(Despesas)	
	Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Outras Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas								
Relacionada	-	-	464	12	-	-	(31)	-
Subtotal	-	-	464	12	-	-	(31)	-
Administradores e Conselho								
Relacionada	-	46	63.233	-	-	-	(1.561)	-
Subtotal	-	46	63.233	-	-	-	(1.561)	-
Empresas								
Almart Administração e Particip. S.A.	-	-	1.379	-	-	-	(84)	-
Antapaca Participações Ltda.								
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	23	26.202	57.061	396	4.207	-	(2.565)	(941)
Martins Integração Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	(119)	-
Martins Participações Ltda.	-	-	9.760	-	-	-	(868)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	-	3	-	-	-	-	-
Tricard Serviços de Interm. de Cartões de Crédito Ltda.	447	-	5.837	-	-	-	(695)	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	-	-	116	-	-	-	-	-
Tricard Participações Ltda.	3.658	-	11.764	-	-	695	(725)	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	-	-	189	-	-	-	(14)	-
Demais Ligadas	1.732	-	245.503	379	-	6.778	(14.873)	-
	-	11	22.500	-	-	-	(1.828)	-
Subtotal	5.860	26.213	354.112	787	4.207	7.473	(21.771)	(941)
Pessoas Físicas Ligadas								
Relacionada	-	13	72.795	-	-	-	(3.119)	-
Subtotal	-	13	72.795	-	4.207	-	(3.119)	-
Total	5.860	26.272	490.604	787	4.207	7.473	(26.482)	(941)



Av. Cesário Alvim, 2209 | Bairro Aparecida
CEP 38400-696 | Uberlândia/MG
www.tribanco.com.br

tribanco
O banco do varejista.

tricard
tribanco
SEGUROS

MARTINS
UNICA

31/12/2025

Natureza de Relacionamento	Ativo		Passivo		Receitas		(Despesas)	
	Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Outras Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas								
Relacionada	-	-	860	11	-	-	(126)	-
Subtotal	-	-	860	11	-	-	(126)	-
Administradores e Conselho								
Relacionada	-	35	27.814	-	-	-	2.827	-
Subtotal	-	35	27.814	-	-	-	2.827	-
Empresas								
Almart Administração e Particip. S.A.	-	-	3.544	-	-	-	(749)	-
Antapaca Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	(13)	-
Martins Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	23	25.324	44.353	201	4.397	30	(4.299)	(2.174)
Martins Integração Logística Ltda.	-	-	22.404	-	-	-	(1.956)	-
Martins Participações Ltda.	-	-	15.025	-	-	-	(1.417)	-
SIM Serviços de TI e	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermediação Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	-	116	-	-	-	(31)	-
Tricard Serviços de Interm. de Cartões de Crédito Ltda.	642	-	116	3.882	-	7.672	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	113	-	7.176	-	-	1.369	(908)	-
Tricard Participações Ltda.	-	-	224	-	-	-	(29)	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	319	-	246.216	-	-	3.837	(33.913)	-
Demais Ligadas	-	25	27.326	-	12	-	(3.918)	-
Subtotal	1.097	25.349	366.498	4.083	4.409	12.908	(47.233)	(2.174)
Pessoas Físicas Ligadas								
Relacionada	-	12	60.008	-	-	-	(365)	-
Subtotal	-	12	60.008	-	4.409	-	(365)	-
Total	1.097	25.396	455.179	4.094	4.409	12.908	(44.897)	(2.174)

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2026 foi prevista conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2026, entre fixo e variável totalizando o montante de R\$ 21.000 que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as categorias de divulgação da remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 5.456, como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

26 Rendas de operações de crédito

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Empréstimos, títulos descontados e adiantamento a depositantes	202.433	224.118
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	6.092	12.750
Financiamentos	5.775	5.909
Antecipação de recebíveis	5.099	6.032
Total	219.399	248.810

27 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

a. Rendas títulos e valores mobiliários

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Operações Compromissadas	50.956	42.895
Títulos e Valores Mobiliários	59.960	20.321
Depósitos Interfinanceiros	1.289	1.039
Total	112.205	64.255

b. Instrumentos financeiros derivativos

Hedge de Fluxo de Caixa:

As operações de hedge têm por objetivo proteger o patrimônio das exposições identificadas na carteira passiva, relacionadas ao indexador de suas operações. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, estão assim compostos:

Instrumentos Financeiros Derivativos:

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
DI Futuro		
Receita	-	4.771
Despesa	-	-
Líquido	-	4.771

1. Não houve resultado com operações de DI Futuro no semestre findo em 30 de junho de 2026. O resultado apurado no semestre comparativo (01/01/2025 a 30/06/2025) refere-se a posições que foram integralmente baixadas ao longo do exercício de 2025, não havendo posições em aberto ou novas operações contratadas desde então.

Swap

O Banco mantém relação de hedge de fluxo de caixa destinada à proteção da exposição de sua carteira passiva às oscilações das taxas de juros decorrentes de Letra Financeira Subordinada prefixada.

O objeto de hedge corresponde a uma Letra Financeira Subordinada, com estrutura bullet, valor originalmente emitido de R\$ 40.000 mil, remuneração prefixada de 17,77% a.a., emissão em 23 de maio de 2023 e vencimento em 19 de dezembro de 2033.

A posição do instrumento de hedge apresentava a seguinte composição:

Em R\$ mil	30/06/2026	31/12/2025
Valor nocional do swap	40.104	40.104
Valor justo passivo do swap	20.208	15.414

28 Despesas de operações de captações no mercado

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Depósitos a prazo	120.997	84.239
Letras Financeiras – LF	39.042	37.573
Depósitos Interfinanceiros	9.794	22.624
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC	1.257	970
Operações compromissadas	36	8
Total	171.128	145.415

29 Receitas de prestação de serviços

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Intercâmbio Cartões	18.692	19.264
Tarifa Interbancária	1.114	1.457
Serviço Correspondente bancário	458	584
Outras	169	248
Total	20.433	21.555

30 Rendas de tarifas bancárias

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Tarifa Bancária - Cartões	55.227	59.687
Manutenção de Contas	6.492	7.335
Liberação de Crédito	1.137	813
Transferências de Recursos	304	689
Cadastro	341	397
Outros	9.212	9.379
Total	72.712	78.300

31 Despesas com pessoal

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Proventos	38.836	40.008
Encargos Sociais	16.336	16.703
Benefícios	9.938	10.685
Honorários	4.694	5.768
Treinamento	1.098	633
Estagiários	246	316
Total	71.148	74.115

32 Outras despesas administrativas

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Serviços de terceiros	12.100	12.360
Serviços de Cobrança Terceirizada	9.087	8.613
Serviços de Processamento de Cartões	14.560	8.965
Serviços do sistema financeiro (a)	11.922	14.449
Comunicações	5.591	6.321
Processamento de dados	10.868	13.593
Depreciação e amortização	8.275	7.692
Manutenção e conservação de equipamentos de informática	5.981	6.165
Serviços técnicos especializados	8.483	7.381
Transporte	3.924	4.090
Manutenção e conservação de bens	797	877
Propaganda e publicidade	870	616
Promoções e relações públicas	2.419	1.769
Viagens no País	2.154	1.750
Aluguéis	1.443	1.369
Contribuições filantrópicas	386	273
Outras	5.327	6.156
Total	104.187	102.440

(a) No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco estornou o valor de R\$ 6.916 mil, referente ao semestre corrente de 2026, anteriormente reconhecido em despesa administrativa relativo à tarifa de garantia FGI/BNDES, e passou a reconhecer a apropriação dessa despesa de forma linear, com base na metodologia da TJEO. O total da despesa após a adequação resultou no montante de R\$ 2.997 mil (sendo R\$ 1.108 mil referentes a 2025 e R\$ 1.889 mil a 2026).

33 Despesas Tributárias

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Cofins	9.915	10.668
Iss	2.150	2.301
Pis	1.611	1.734
Outras	205	276
Total	13.881	14.978

34 Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Reembolso despesas cobrança	7.443	8.389
Renda antecipação única (b)	20.499	19.003
Contingências cíveis (a)	629	613
Variação monetária ativa	2.054	2.605
Contingências trabalhistas (a)	2.239	6.167
Atualização depósitos judiciais	1.057	929
Outras rendas operacionais (c)	14.592	4.994
Total	48.514	42.699

- (a) Vide nota explicativa 22.
- (b) Referem-se, substancialmente a receita pela antecipação dos recebíveis da intermediação das transações de pagamento (Adquirência).
- (c) No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco estornou o valor de R\$ 9.409 mil, referente ao exercício de 2025, em decorrência da revisão do critério de apropriação da tarifa de garantia FGI/BNDES pela metodologia TJEO.

b) Outras despesas operacionais

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Descontos concedidos em renegociação	18.030	9.513
Provisão nas contingências trabalhistas	2.258	4.207
Perdas em ações cíveis	623	545
Provisão nas contingências cíveis	1.181	1.078
Despesas operacionais bandeira	377	1.178
Perdas em ações trabalhistas	1.849	5.170
Despesas bens retomados	219	71
Provisão para contingências fiscais	816	772
Multas, juros e acréscimos fiscais	915	794
Variações monetárias passivas	81	501
Perdas ações tributárias	1.032	-
Outras	1.639	1.474
Total	29.020	25.303

35 Benefícios a empregados

O Banco Triângulo S.A. é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Durante a vigência do plano de custeio de 2025 o Banco realizou contribuição de 0,23% da folha dos participantes, este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

36 Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 8% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 2,5% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em junho de 2026 foi de 14,50%.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	30/06/2026	31/12/2025
Nível I	277.914	293.447
Capital Principal	277.914	293.447
Nível II	108.072	103.011
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	108.072	103.011
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	385.986	396.458
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.661.475	2.546.072
RWACPAD	1.715.710	1.679.760
RWAOPAD	519.181	457.809
RWASP	426.584	408.503
IRRBB	2.331	12.226
Índice de Basileia (%)	14,50	15,57
Nível I (%)	10,44	11,53
Nível II (%)	4,06	4,05

37 Estruturas de Gerenciamento de Capital e Risco

a. Gerenciamento de Capital

A estrutura e o processo de gerenciamento de capital do Banco Triângulo S.A. e suas empresas controladas são compatíveis com os requisitos definidos na Resolução CMN nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil. A gestão de capital do conglomerado visa a implantação de processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e destinados a manter o capital compatível com a RAS (Declaração de Appetite ao Risco).

As diretrizes da gestão de capital são definidos pelo Conselho de Administração, que avalia e delibera sobre a Política de Gerenciamento de Capital, cenários de estresses e limites estabelecidos para a gestão de capital, dado que, além do limite estabelecido pelo Banco Central do Brasil, o Tribanco e suas Controladas adotam um limite interno, avaliado pelo Comitê de Finanças e Riscos e aprovado pelo Conselho de Administração, para tomada de decisão de forma tempestiva, visando mitigar o risco de rompimento do limite mínimo regulatório.

O Plano de Capital do Banco Triângulo S.A. e suas empresas controladas é consistente com o Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano de Contingência é composto por 3 (três) níveis de contingências, a saber:

- Contingência Nível 1: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra após o 18º (décimo oitavo) mês da projeção;
- Contingência Nível 2: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra dentro dos primeiros 18 (dezoito) meses da projeção;
- Contingência Nível 3: acionado caso ocorra o rompimento do limite "Mínimo Regulatório" em qualquer prazo.

Para cada nível são notificados formalmente os devidos membros, detalhando em qual horizonte de tempo a projeção de capital sofreu rompimento de seu limite. Apreciado o assunto define-se estratégias para a adequação do capital.

Os procedimentos do Plano de Contingência estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital que tem como objetivo definir diretrizes para o Gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S.A e suas Controladas.

São realizadas periodicamente simulações dos cenários de estresse por meio de projeções, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas para determinar o impacto sobre o capital.

Além disso, são enviados periodicamente os relatórios gerenciais que são apresentados à alta administração, através dos comitês ALCO, CFR e CAC e também Conselho de Administração.

b. Risco de Mercado e Análise de Sensibilidade

O risco de mercado é a possibilidade de perdas decorrentes da oscilação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelo Banco. O Banco Triângulo S.A. não possui carteira de negociação (trading book), estando exposto majoritariamente às variações da taxa de juros doméstica (CDI), em linha com a natureza de suas operações.

O gerenciamento do risco de mercado está estruturado conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, contemplando políticas, processos e controles destinados a identificar, monitorar e mitigar possíveis impactos sobre o resultado e o capital.

Como parte do monitoramento, o Banco realiza análises de sensibilidade, aplicando choques de alta e baixa sobre a taxa de juros para avaliar o impacto potencial no resultado e no capital:

Os testes são realizados na carteira total e em todos os fatores de risco relevantes da instituição. O objetivo dos choques é identificar potenciais impactos no resultado e na alocação de Capital do Tribanco.

Nos testes de estresse aplicam-se choques de alta e baixa às taxas de juros:

Cenário I: Impacto no resultado com a **redução de 50%** nas taxas de Juros na data base

Cenário II: Impacto no resultado com a **redução de 25%** nas taxas de Juros na data base

Cenário III: Impacto no resultado com o **aumento de 25%** nas taxas de Juros na data base

Cenário IV: Impacto no resultado com o **aumento de 50%** nas taxas de Juros na data base

Data base 30/06/2026 em R\$ mil.

Cenário	Choques Taxas	Δ Resultado (R\$ Mil)
I	-50%	9.083
II	-25%	4.957
III	+25%	(5.563)
IV	+50%	(11.559)

A
base

data

utilizada para os testes foi 30/06/2026. Os resultados são analisados periodicamente pelo Comitê de Finanças (CFR) e reportados à Alta Administração, garantindo que os níveis de risco permaneçam compatíveis com a Declaração de Apetite a Risco do Banco.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não conseguir honrar suas obrigações financeiras no vencimento, sem comprometer suas operações. O gerenciamento do risco de liquidez do Banco Triângulo S.A. está estruturado em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e contempla políticas, processos e controles voltados à identificação, monitoramento e mitigação de situações de estresse de liquidez, mantendo margem de liquidez compatível com suas necessidades operacionais e realiza periodicamente simulações de estresse, assegurando que haja recursos disponíveis para fazer frente a saídas inesperadas de caixa.

d. Risco de Crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Banco Triângulo S.A. e suas controladas está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, contemplando políticas, processos e controles destinados à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco de perdas decorrentes do descumprimento de obrigações financeiras por parte de clientes e contrapartes. O gerenciamento é realizado por meio de critérios objetivos de concessão, acompanhamento da carteira de crédito, definição de limites de exposição e realização de testes de estresse periódicos, sendo supervisionado pelo Comitê de Crédito e Riscos e reportado à Alta Administração.

e. Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional está estruturado em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, contemplando políticas, processos e controles internos destinados a mitigar perdas decorrentes de falhas em processos, sistemas, pessoas ou eventos externos. A estrutura inclui o mapeamento de processos críticos, acompanhamento de indicadores-chave de risco, registro e análise de eventos de perdas, além da implementação de plano de continuidade de negócios, visando assegurar a resiliência operacional do Banco.

f. Risco Socioambiental

O Banco Triângulo S.A. mantém estrutura de gerenciamento de risco socioambiental integrada à sua estratégia de negócios e ao apetite a risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/2021. A estrutura tem como objetivo assegurar que as diretrizes de responsabilidade socioambiental sejam observadas na análise e condução das operações do Banco, com reporte periódico à Alta Administração e alinhamento às melhores práticas de sustentabilidade e governança.

38 Hierarquia de Valor Justo

Em conformidade com o CPC 46 / IFRS 13 e com a Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23, o Banco classifica seus instrumentos financeiros em três níveis de hierarquia de valor justo, de acordo com a natureza das informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de mensuração:

- **Nível 1:** instrumentos mensurados com base em preços cotados em mercado ativo, sem ajustes, para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** instrumentos mensurados por meio de técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado, de forma direta ou indireta;
- **Nível 3:** instrumentos mensurados por meio de técnicas de avaliação que utilizam dados não observáveis, relevantes para a determinação do valor justo.

O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros é efetuado pelo valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão, que corresponde ao valor justo na data da transação. A mensuração subsequente é realizada ao custo amortizado, mediante o reconhecimento dos juros pela metodologia da Taxa Interna de Retorno Efetiva da Operação (TJEO).

Os principais grupos de instrumentos financeiros do Banco são classificados da seguinte forma:

- **Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de renda fixa:** Nível 1, mensurados com base no preço unitário de mercado divulgado pela Anbima;
- **Operações de crédito** (empréstimos, financiamentos, conta garantida, descontos, adiantamentos a depositantes e títulos e créditos a receber de cartão de crédito): Nível 2, mensurados conforme modelo de cálculo utilizando dados observáveis de mercado;
- **Operações de repasse BNDES:** Nível 3, em razão da utilização de dados não observáveis de mercado na apuração de seu valor justo;
- **Captações** (depósitos, recursos de aceites e emissão de títulos, relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos e repasses): Nível 2, mensuradas conforme modelo de cálculo utilizando dados observáveis de mercado.

39 Eventos Subsequentes

Em 26 de agosto de 2026, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil efetivou o pagamento do crédito presumido de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), constituído com base nas disposições da Lei nº 12.838/2013, referente a créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias oriundas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nos valores apurados no exercício de 2023, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 — Outros Ativos.

O valor constituído e reconhecido no ativo totalizava R\$ 36.674, e o montante efetivamente recebido totalizou R\$ 39.875, sendo a diferença de R\$ 3.202 correspondente a atualização monetária incidente sobre o crédito entre a data de sua constituição e a data do efetivo recebimento, a qual será reconhecida no resultado do exercício corrente.

Conselho de Administração

João Ayres Rabello Filho – Presidente
Marcos Matioli de Souza Vieira – Vice-Presidente
Felipe Bezerra Pinto Damas Garlipp – Conselheiro
Pedro Pinto Zanni – Conselheiro
Camila Lazzarina Martins – Conselheira

Diretoria

Marco Tulio da Silva – Diretor
Alex Simon Leme – Diretor
Monica Yukari Fukuzawa Kitahara – Diretora
Fernanda Canesin – Diretora
Luiz Henrique Guimarães de Freitas – Diretor
Julio Cesar Rodrigues da Silva – Diretor
Mário José Naves Attiê – Diretor

Contadora

Lorrayne Silva Nogueira CRC - MG-105237/O-8